

Dília Jardim

17º Ponto  
[Handwritten initials]

**De:** Pedro Miguel Roque <pmroque@grupoyour.pt>  
**Enviado:** segunda-feira, 23 de abril de 2018 18:44  
**Para:** Dília Jardim  
**Cc:** Hugo Salgueiro; Nadine Santos; Vitor Mila; Maria José Trindade  
**Assunto:** RE: Prestação de Contas 2017  
**Anexos:** Relatório. Inf. Economico-Financeira - M. Vila Viçosa.pdf

Cara Dr.ª Dília,

Segue em anexo Relatório de Auditoria à CM Vila Viçosa 2017.

Qualquer duvida ou questão, disponha.

Com os melhores cumprimentos,  
Pedro

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA



Pedro Miguel Roque  
Manager

M (+351) 966 467 505  
T (+351) 211 950 520  
E [pmroque@grupoyour.pt](mailto:pmroque@grupoyour.pt)

Espaço Amoreiras  
Rua D. João V, n.º24 1.05

[www.grupoyour.pt](http://www.grupoyour.pt) 1250-091 Lisboa

GP _____	<input checked="" type="checkbox"/>	GSASP _____	<input type="checkbox"/>
VICE-PRESIDENTE _____	<input checked="" type="checkbox"/>	UMO _____	<input type="checkbox"/>
CHEFE GAP _____	<input checked="" type="checkbox"/>	SERVIÇOS JURÍDICOS _____	<input type="checkbox"/>
ADJUNTA GAP _____	<input type="checkbox"/>	SAJC _____	<input type="checkbox"/>
GAV _____	<input type="checkbox"/>	FISCALIZAÇÃO _____	<input type="checkbox"/>
DAGF _____	<input checked="" type="checkbox"/>	GIP _____	<input type="checkbox"/>
RE _____	<input checked="" type="checkbox"/>	DUA _____	<input type="checkbox"/>

*chefe do GAP*  
*Excmo. do Sr. Presidente da C.M.*  
*24/04/18* O PRESIDENTE DA CÂMARA *[Handwritten Signature]*

**De:** Vitor Mila <[vitor.mila@cm-vilavicoso.pt](mailto:vitor.mila@cm-vilavicoso.pt)>  
**Enviada:** 23 de abril de 2018 16:39  
**Para:** Pedro Miguel Roque <[pmroque@grupoyour.pt](mailto:pmroque@grupoyour.pt)>  
**Assunto:** FW: Prestação de Contas 2017

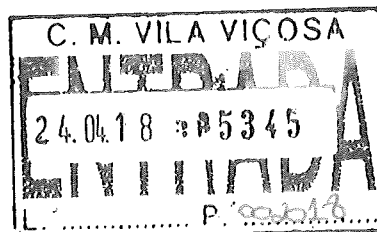
Boa tarde

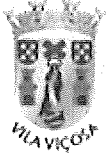
Solicita-se o envio do Relatório sobre Informação Económico-financeira a 31 de dezembro de 2017 devidamente assinado.

Com os melhores cumprimentos,

**Vitor Mila**

Chefe de Gabinete  
GAP | Gabinete de Apoio à Presidência  
[vitor.mila@cm-vilavicoso.pt](mailto:vitor.mila@cm-vilavicoso.pt)





MUNICÍPIO DE  
**VILA VIÇOSA**

Câmara Municipal  
Praça da República 17160 - 207 Vila Viçosa  
Tel: 268 889 310 | Fax: 268 980 604  
geral@cm-vilavicosas.pt | www.cm-vilavicosas.pt



**De:** Maria José Trindade

**Enviada:** segunda-feira, 23 de abril de 2018 16:34

**Para:** Vitor Mila

**Cc:** Dília Jardim

**Assunto:** Prestação de Contas 2017

Boa tarde

Solicita-se o envio do Relatório sobre Informação Económico-financeira a 31 de dezembro de 2017 devidamente assinado.

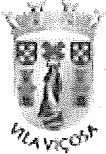
Com os melhores cumprimentos,

**Maria José Trindade**

Técnica de Informática

Sector Contabilidade | Divisão Administração Geral e Finanças

[mjose.trindade@cm-vilavicosas.pt](mailto:mjose.trindade@cm-vilavicosas.pt)



MUNICÍPIO DE  
**VILA VIÇOSA**

Câmara Municipal  
Praça da República 17160 - 207 Vila Viçosa  
Tel: 268 889 310 | Fax: 268 980 604  
geral@cm-vilavicosas.pt | www.cm-vilavicosas.pt



Salgueiro, Martins & Associado, SROC, Lda.  
SROC nº 310  
Registada na CMVM com o nº 20161601

---

*Handwritten signatures:*  
SMA  
SMA  
SMA

# Relatório sobre Informação Económico- Financeira a 31 de dezembro de 2017

## MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA

### EXERCÍCIO DE 2017

*[Handwritten signatures]*

## ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
2. ÂMBITO.....	3
3. VERIFICAÇÕES E COMENTÁRIOS.....	4
3.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	4
3.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NOS TERMOS DO POCAL.....	5
3.2.1. ANÁLISE DO ATIVO.....	6
3.2.2. ANÁLISE DE FUNDOS PRÓPRIOS.....	9
3.2.3. ANÁLISE DO PASSIVO.....	10
3.2.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	11
3.3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	12
3.3.1. EQUILÍBRIO ENTRE A RECEITA E A DESPESA.....	13
3.3.2. ESTRUTURA DA RECEITA.....	14
3.3.3. ESTRUTURA DA DESPESA.....	15
3.3.4. COMPROMISSOS EXERCÍCIOS FUTUROS.....	15
3.3.5. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES.....	16
3.3.6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	16
3.4. ANÁLISE FINANCEIRA.....	16
3.4.1. INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO.....	16
3.4.2. INDICADOR DE SOLVABILIDADE.....	17
3.4.3. AUTONOMIA FINANCEIRA.....	17
4. AGRADECIMENTOS.....	17

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

No âmbito do exercício das nossas funções como Revisores do Município de Vila Viçosa, procedemos a revisão da informação contabilística preparada pelo Município, com referência ao exercício de 2017, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância e que levamos ao conhecimento de V. Exas.

Procedemos a revisão legal das contas do Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Na sequência da análise efetuada, emitimos a Certificação Legal de Contas com data de 18 de abril de 2018.

## 2. ÂMBITO

Este relatório dá conta da atividade levada a cabo, dos procedimentos de revisão/auditoria às contas por nós aplicados, bem como comentários sobre as demonstrações financeiras do Município, independentemente da modalidade de certificação emitida.

A nossa atividade, respeitante ao exercício de 2017, incluiu os seguintes aspetos:

- a. Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que consideramos necessários;
- b. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- c. Verificação da conformidade da informação financeira, orçamental e patrimonial com a legislação aplicável;
- d. Análise específica dos mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa e das principais rubricas integrantes do Balanco e da Demonstração dos Resultados, registando e analisando as principais variações do período;
- e. Análise sucinta do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo;
- f. Aplicação de procedimentos de auditoria que consideramos adequados, em função da materialidade dos valores envolvidos, designadamente:
  - o Análise e teste à contabilização das adições e alienações de imobilizado, bem como conferências das amortizações ocorridas no decurso do exercício em análise;

- 
- 
- Análise e teste a contabilização das participações financeiras, e subseqüentes alterações das suas posições;
  - Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, com análise e teste das reconciliações subseqüentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
  - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Município;
  - Análise dos créditos de cobrança duvidosa e ajustamentos por provisão;
  - Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização de impostos, bem como das situações relativas à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE;
  - Análise e teste dos custos e proveitos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
  - Análise e teste aos procedimentos legais, contratuais, financeiros e contabilísticos inerentes ao processamento e arrecadação da receita, bem como ao processamento e pagamento da despesa, em sede de execução orçamental.

### 3. VERIFICAÇÕES E COMENTÁRIOS

#### 3.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O POCAL, aprovado através do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, teve como objetivos, entre outros, a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos. Deste modo, introduziu a necessidade de um Sistema de Controlo Interno, que deverá englobar o plano da organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como os demais métodos e procedimentos suscetíveis de contribuir para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente.

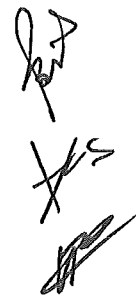
O Sistema de Controlo Interno implementado, cumpre com o estatuído no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

### 3.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NOS TERMOS DO POCAL

As demonstrações financeiras apresentadas pelo Município de Vila Viçosa incluem o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os Anexos às Demonstrações Financeiras, conjuntamente com o Relatório de Gestão, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Verificámos a conformidade global dessas demonstrações financeiras com os princípios e regras exigidos pelo POCAL, bem assim como a sua aderência aos registos contabilísticos de suporte.

Apreciámos a adequação e consistência dos critérios e métodos adotados pelo Município, que passamos a analisar de seguida, alertando para os principais aspetos decorrentes da auditoria efetuada.



## 3.2.1. ANÁLISE DO ATIVO

ATIVO	2017		2016		Variação	
	Ativo Bruto	Amortiz. / Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Absoluta	%
<b>Imobilizado</b>						
<i>Bens de domínio público</i>						
Terrenos e recursos naturais			-	-	-	0.0%
Outras construções e infra-estruturas	29 076 682	22 805 328	6 271 353	7 146 751	(875 397)	-12.2%
Bens do património histórico, artístico e cultural	200 897	46 064	154 834	158 514	(3 680)	-2.3%
Imobilizações em curso	4 920	-	4 920	-	4 920	0.0%
	<b>29 282 499</b>	<b>22 851 392</b>	<b>6 431 107</b>	<b>7 305 264</b>	<b>(874 157)</b>	<b>-12,0%</b>
<i>Imobilizações Incorporáveis</i>						
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 136 155	999 720	136 435	109 014	27 421	25.2%
Imobilizações em curso	110 000	-	110 000	98 000	12 000	12.2%
	<b>1 246 155</b>	<b>999 720</b>	<b>246 435</b>	<b>207 014</b>	<b>39 421</b>	<b>19,0%</b>
<i>Imobilizações Corpóreas</i>						
Terrenos e recursos naturais	3 781 214	76 939	3 704 275	3 716 594	(12 319)	-0.3%
Edifícios e outras construções	18 370 509	6 821 693	11 548 816	11 348 738	200 078	1.8%
Equipamento básico	1 946 383	1 517 053	429 330	401 462	27 868	6.9%
Equipamento de transporte	1 864 800	1 674 764	190 036	181 123	8 913	4.9%
Ferramentas e utensílios	94 143	93 881	262	734	(472)	-64.4%
Equipamento administrativo	820 908	753 478	67 430	66 376	1 054	1.6%
Equipamento Informático	77 301	77 301	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	199 469	179 956	19 513	16 265	3 248	20.0%
Imobilizações em curso	17 000	-	17 000	14 000	3 000	21.4%
	<b>27 171 728</b>	<b>11 195 067</b>	<b>15 976 661</b>	<b>15 745 292</b>	<b>231 369</b>	<b>1,5%</b>
<i>Investimentos Financeiros</i>						
Partes de capital	51 450	51 450	-	-	-	0.0%
Obrigações e títulos de participação	356 549	-	356 549	356 549	-	0.0%
	<b>407 999</b>	<b>51 450</b>	<b>356 549</b>	<b>356 549</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>
<b>Circulante</b>						
<i>Existências</i>						
Matérias-primas, subsidiários e de consumo	344 910	-	344 910	285 468	59 442	20,8%
	<b>344 910</b>	<b>-</b>	<b>344 910</b>	<b>285 468</b>	<b>59 442</b>	<b>20,8%</b>
<i>Dividas de terceiros - Curto prazo</i>						
Contribuintes, c/c	64 750	-	64 750	35 509	29 241	82,3%
Utentes, c/c	166 334	-	166 334	120 680	45 654	37,8%
Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa	327 607	318 185	9 421	40 046	-	-
Estado e outros entes públicos	62 945	-	62 945	6 458	56 487	874,7%
Outros devedores	7 008	-	7 008	1 773	5 235	295,3%
	<b>628 643</b>	<b>318 185</b>	<b>310 458</b>	<b>204 465</b>	<b>105 993</b>	<b>51,8%</b>
<i>Depósitos em instituições financeiras e caixa</i>						
Depósitos em instituições financeiras	99 862	-	99 862	231 799	(131 937)	-56,9%
Caixa	270	-	270	291	(22)	-7,5%
	<b>100 132</b>	<b>-</b>	<b>100 132</b>	<b>232 090</b>	<b>(131 958)</b>	<b>-56,9%</b>
<i>Acréscimos e diferimentos</i>						
Acréscimos de proveitos	51 271	-	51 271	89 807	(38 536)	-42,9%
Custos diferidos	15 571	-	15 571	3 733	11 838	317,1%
	<b>66 842</b>	<b>-</b>	<b>66 842</b>	<b>93 540</b>	<b>(26 698)</b>	<b>-28,5%</b>
Total de amortizações		35 046 178				
Total de provisões		369 635				
<b>Total do ativo</b>	<b>59 248 909</b>	<b>35 415 814</b>	<b>23 833 095</b>	<b>24 429 684</b>	<b>(596 589)</b>	<b>-2,4%</b>



A 31 de dezembro de 2017, o Ativo líquido ascendia a 23,8 M€, registando uma redução de 0,6 M€ face ao período homólogo anterior, sendo de destacar o seguinte:

*Imobilizado:*

Representa cerca de 95,1% do Ativo (95,2% em 2016), repartido entre (i) Bens de domínio público, 27% (30% em 2016) e (ii) Imobilizações corpóreas, 67,0% (64,5% em 2016).

Da análise efetuada à rubrica, alertamos para o seguinte:

- o Com referência a 31 de dezembro de 2017, o Município de Vila Viçosa apresenta em *Imobilizado em curso* saldo de 127 K€, sendo que 110 K€ respeita a valores adquiridos a título de propriedade industrial e outros direitos, cujas adições de 2017, no valor de 12 K€, respeitam a faturas mensais de renda, que não reveste a condição de ativo capitalizável.

Recomendamos que sejam adotadas medidas com vista à identificação dos projetos que integram o imobilizado em curso, com vista ao acompanhamento e controlo da evolução, apresentação, quantificação e amortização do mesmo.

- o O património do Município de Vila Viçosa integra terrenos sem valorização atribuída, situação que recomendamos seja divulgada no Anexo ao balanço, assim como os motivos que impedem a sua valorização.

*Existências:*

Da análise efetuada à rubrica, alertamos para o seguinte:

- o Identificámos um conjunto de artigos sem movimento à mais de um ano, no valor de 92 K€. Recomendamos que sejam implementados procedimentos de monitorização, com vista à identificação de artigos com baixa rotação/obsoletos, e registo das correspondentes provisões, caso aplicável.

*Dividas a receber*

Respeita essencialmente a valores a receber de contribuintes e utentes, cujo saldo se apresenta reconciliado com o módulo de gestão de cobranças e a provisão constituída, alinhada com os critérios de reconhecimento do POCAL.

*Depósitos em instituições financeiras*

Em 31 de Dezembro de 2017, os depósitos em instituições financeiras respeitam a depósitos à ordem no valor de cerca de 100 K€, relativamente aos quais verificámos as reconciliações bancárias, que evidenciam itens com antiguidade por conciliar, no valor de 39 K€ (em aberto no banco e contabilidade em simultâneo), que recomendamos seja analisado.

#### *Acréscimos de proveitos*

- o O saldo desta rubrica respeita essencialmente à especialização de IMI e IMT referente a 2016 e 2017, respetivamente, cujas notas de liquidação foram emitidas em 2017 e recebidas no banco em 2018.

Alertamos para o facto de, nos termos dos princípios contabilísticos consagrados no POCAL relativamente à especialização dos exercícios e parecer n.º 3 da CCDR – LVT emitido em 2015, o *“IMI constitui um proveito do município que respeita ao ano n, cuja liquidação e conseqüente arrecadação de receita, apenas ocorre no ano n+1 e seguintes, podendo ser, ou não, faseada. Neste sentido, e tendo em conta os princípios contabilísticos, constantes do Ponto 3.2 das Considerações Técnicas do POCAL, nomeadamente na alínea d), princípio da especialização (ou do acréscimo), deverá o município refletir nas suas demonstrações financeiras, à data de 31/12/ano n, o valor global do proveito previsto relativamente ao IMI do ano n, não obstante a respetiva receita vir a ser arrecadada faseadamente em períodos posteriores”*.

Para esse efeito, *“verificando-se a inexistência de documentação vinculativa, à data de 31/12/Ano n, relativamente ao valor do proveito de IMI a especializar, recomenda-se que o município evidencie coerência entre o registo do proveito e o montante previsto arrecadar para a respetiva receita, constante dos Documentos Previsionais do ano n+1”*

Assim, tendo em conta o orçamento de 2018 do Município de Vila Viçosa, o IMI estimado receber em 2018 referente a 2017, ascende a 644 163 €, valor que deverá ser reconhecido em resultados em 2017, via *Acréscimo de proveitos*. Por sua vez, o IMI reconhecido em 2017 em resultado referente a 2016, 609 432 €, deverá ser reclassificado para *Resultados transitados*.

Sobre este ponto, foi incluída na Certificação Legal de Contas, Reserva por Desacordo.

### 3.2.2. ANÁLISE DE FUNDOS PRÓPRIOS

FUNDOS PRÓPRIOS	2017	2016	Var. Absoluta	Var. %
<b>Fundos próprios</b>				
Património	29 928 099	29 928 099	-	0,0%
Reservas livres	3 761	3 761	-	0,0%
Reservas decorrentes de transferencia de ativos	1 224 207	1 224 207	-	0,0%
Usucapião	113 070	113 070	-	0,0%
Resultado transitados	(11 773 086)	(11 373 819)	(399 267)	3,5%
Resultado líquido do exercício	(876 997)	(1 059 877)	182 880	-17,3%
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>18 619 053</b>	<b>18 835 440</b>	<b>(216 387)</b>	<b>-1,1%</b>

Representa 78% do Ativo (77% em 2016), no qual se inclui resultado líquido do período, negativo em 0,9 MC. Para além deste, os movimentos no período incluem:

- o Aplicação de resultados de 2016, conforme aprovado na Ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Vila Viçosa realizada no dia 13 de abril de 2017;
- o Correção do valor líquido contabilístico de dois ativos do imobilizado, que por lapso, tinham ficado integralmente depreciados em exercícios anteriores, 548 K€; e
- o 106 K€, relativo a acertos de provisões referente a consumos de água.

Na sequência do referido na nota anterior, referente à especialização do Imposto Municipal sobre Imóveis de 2017, deverá ser reclassificado de Resultado Líquido do exercício para Resultados transitados o valor de 609 432 €, referente a imposto de 2016 e reconhecido em Resultado líquido do exercício o imposto respeitante a 2017, 644 163 €, a receber em 2018.

Sobre este ponto, foi incluída na Certificação Legal de Contas, Reserva por Desacordo.

### 3.2.3. ANÁLISE DO PASSIVO

PASSIVO	2017	2016	Var. Absoluta	Var. %
<b>Passivo</b>				
Provisões para riscos e encargos	197 326	197 326	-	0,0%
	<b>197 326</b>	<b>197 326</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>
<i>Dividas a terceiros - Medio e longo prazo</i>				
Dívidas a instituições de crédito	2 441 329	2 642 727	(201 398)	-7,6%
Fornecedores de imobilizado	26 416	53 040	(26 624)	-50,2%
	<b>2 467 745</b>	<b>2 695 767</b>	<b>(228 022)</b>	<b>-8,5%</b>
<i>Dividas a terceiros - Curto prazo</i>				
Fornecedores, c/c	277 876	309 062	(31 186)	-10,1%
Clientes e utentes c/ cauções	5 116	5 191	(75)	-1,4%
Fornecedores de imobilizado, c/c	104 310	86 915	17 395	20,0%
Estado e outros entes públicos	57 794	60 829	(3 034)	-5,0%
Outros credores	214 558	266 351	(51 793)	-19,4%
	<b>659 655</b>	<b>728 348</b>	<b>(68 693)</b>	<b>-9,4%</b>
<i>Acréscimos e diferimentos</i>				
Acréscimos de custos	468 438	509 400	(40 963)	-8,0%
Proveitos diferidos	1 420 878	1 463 402	(42 524)	-2,9%
	<b>1 889 316</b>	<b>1 972 802</b>	<b>(83 486)</b>	<b>-4,2%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5 214 042</b>	<b>5 594 243</b>	<b>(380 201)</b>	<b>-6,8%</b>

#### *Provisões para riscos e encargos*

- O saldo apurado com base no valor reclamado em processos movidos contra o Município de Vila Viçosa, atendendo à probabilidade de sentença desfavorável ao Município e responsabilidades que a ele podem vir a ser imputadas.

#### *Dividas a instituições de crédito*

- O endividamento junto de instituições bancárias a 31 de dezembro de 2017 ascende a 2,4 M€, menos 0,2 M€ que em 2016.

Recomendamos a repartição do saldo entre o passivo de médio e longo prazo e curto prazo, atendendo ao plano de reembolso dos financiamentos contratados.

#### *Acréscimos e diferimentos*

- O saldo em *Acréscimo de custos*, respeita essencialmente à especialização de encargos com férias e subsídio de férias, relativamente ao qual não foram apuradas divergências de cálculo.

- o No que respeita aos *Proveitos diferidos*, respeita essencialmente ao diferimento de subsídios ao investimento, relativamente ao qual obtivemos suporte dos ativos que beneficiaram do subsídio e testamos a base de reconhecimento dos mesmos, não tendo sido apuradas exceções.

### 3.2.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017	2016	Var. Absoluta	Var. %
<i>Custos e Perdas</i>				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas [A]	(570 413)	(457 257)	(113 155)	24,7%
Fornecimentos e serviços externos [A]	(2 146 561)	(2 080 239)	(66 322)	3,2%
Custos com o pessoal [A]	(2 364 481)	(2 429 585)	65 104	-2,7%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais [A]	(354 652)	(257 755)	(96 896)	37,6%
Amortizações do exercício [A]	(2 001 402)	(2 215 289)	213 887	-9,7%
Provisões do exercício [A]	(100 750)	(211 490)	110 740	-52,4%
Outros custos e perdas operacionais [A]	(83 689)	(20 278)	(63 411)	312,7%
Custos e perdas financeiras [C]	(38 415)	(55 139)	16 725	-30,3%
Custos e perdas extraordinárias [E]	(86 152)	(38 520)	(47 632)	123,7%
<i>Proveitos e Ganhos</i>				
Vendas e prestações de serviços				
Mercadorias e produtos [B]	286 245	378 290	(92 045)	-24,3%
Prestação de serviços [B]	738 025	657 438	80 586	12,3%
Outros [B]	20 917	13 885	7 032	50,6%
Impostos e taxas [B]	1 209 389	1 210 386	(997)	-0,1%
Trabalhos para a própria entidade [B]	211 866	139 469	72 398	51,9%
Proveitos suplementares [B]	18 228	2 659	15 569	585,5%
Transferências e subsídios obtidos [B]	4 194 256	4 115 845	78 412	1,9%
Proveitos e ganhos financeiros [D]	2 606	2 552	54	2,1%
Proveitos e ganhos extraordinários [F]	187 983	185 153	2 831	1,5%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(876 997)</b>	<b>(1 059 877)</b>	<b>182 880</b>	<b>-17,3%</b>

#### Resumo:

Resultados operacionais: [B]-[A];	(943 021)	(1 153 923)	210 902	-18,3%
Resultados financeiros: [D]-[C];	(35 808)	(52 587)	16 779	-31,9%
Resultados correntes: [B+D]-[A+C];	(978 829)	(1 206 510)	227 681	-18,9%
Resultado líquido do exercício: [B+D+F]-[A+C+E];	(876 997)	(1 059 877)	182 880	-17,3%

#### Contabilidade de custos

Decorre ainda o processo de implementação da contabilidade de custo prevista no ponto 2.8.3.1. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o qual, obsta ao apuramento dos custos por funções.

Sobre este ponto, foi incluída na Certificação Legal de Contas, Reserva por Limitação de Âmbito.

#### Vendas e custo das Vendas

Respeita essencialmente à faturação de: (i) consumos de água, resíduos sólidos e saneamento, 457 K€; e (ii) rendas comerciais e habitação, 493 K€.

O município evidencia em 2017 margem bruta negativa de 14,5% (em 2016, positiva em 11,7%). Tal situação decorre do facto de ser movimentado pela conta 31 – Compras, aquisições de bens que não se destinam a ser vendidos nem integrados no processo produtivo (conforme previsto no POCAL), como é o caso das batas, artigos para oferta bem como material de reparação de viaturas e os próprios gastos com reparação debitados por terceiros, que deveriam ser contabilizados nas respetivas rubricas de *Fornecimentos e serviços externos*.

Recomendamos a alteração de procedimento, em cumprimento do POCAL, permitindo desta forma a correta leitura das demonstrações financeiras.

Ao nível dos restantes gastos, destacamos:

- o Redução dos gastos com *Provisões* (redução da antiguidade de saldos a receber), *Depreciações* (ao longo dos anos têm sido contabilizadas desvalorizações e valorizações de ativos que originam incoerência nas depreciações reconhecidas anualmente, como é o caso da correção efetuada em 2017 em *Resultados transitados*, de bens que por lapso forem integralmente depreciados em períodos anteriores) e *Pessoal*, este último associado à redução verificada do número de funcionários (150 em 2016 para 146 em 2017); e
- o Aumento dos gastos com *Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais* (essencialmente apoio a instituições sociais e associações desportivas), *Outros custos e perdas operacionais* (decorre do registo nesta rubrica em 2017 de taxas de gestão de resíduos e recurso hídricos no valor de 50 KC, em 2016 considerado em *Fornecimentos e serviços externos*) e *Custos e perdas extraordinários* (associado ao aumento do apoio a instituições sem fins lucrativos e indemnizações pagas a terceiros).

No que concerne aos restantes proveitos, destacamos o aumento de: (i) *Trabalhos para a própria entidade* (gastos capitalizados em imobilizado corpóreo, por via de obras efetuadas); (ii) *Prestações de serviços* (aumento por via da refaturação das taxas de saneamento e rendas de habitação); e (iii) *Transferências e subsídios obtidos* (aumento das transferências recebidas do fundo de equilíbrio financeiro, 150 KC e redução da participação fixa de IRS, 74 KC, por via da devolução aos municípios de 2% das receitas provenientes do IRS).

### 3.3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) estabelece, no seu

ponto 3.1, os princípios orçamentais. Com referência a 31 de dezembro de 2017 a execução orçamental do Município, face a 2016 pode ser analisada como se segue:

Designação	31.12.2017			31.12.2016			Variação da execução	
	Dotação	Execução	Grav. execução	Dotação	Execução	Grav. execução	Absoluta	%
Correntes	7 017 328	6 255 342	89,14%	6 956 856	6 081 284	87,41%	174 058	2,86%
Capital	2 845 588	691 212	24,29%	1 506 597	1 231 763	81,76%	-540 551	-43,88%
Outras receitas	37 828	725	1,92%	-	2 536	-	-1 811	-71,41%
Saldo da gerência utilizado	159 644	159 644	100,00%	87 466	87 466	100,00%	72 178	82,52%
<b>Total da Receita</b>	<b>10 060 388</b>	<b>7 106 923</b>	<b>70,64%</b>	<b>8 550 919</b>	<b>7 403 050</b>	<b>86,58%</b>	<b>-296 126</b>	<b>-4,00%</b>
Correntes	6 810 999	5 611 597	82,39%	6 366 387	5 416 092	85,07%	195 505	3,61%
Capital	3 249 388	1 465 304	45,09%	2 184 532	1 827 313	83,65%	-362 009	-19,81%
<b>Total da Despesa</b>	<b>10 060 388</b>	<b>7 076 901</b>	<b>70,34%</b>	<b>8 550 919</b>	<b>7 243 405</b>	<b>84,71%</b>	<b>-166 505</b>	<b>-2,30%</b>
Saldo do exercício N		-129 622			72 178		-201 800	-279,59%
Saldo do exercício N-1		72 178			87 466		-15 288	-17,48%
Saldo da gerência acumulado		30 023			159 644		-129 622	-81,19%

### 3.3.1. EQUILÍBRIO ENTRE A RECEITA E A DESPESA

Efetuada uma análise do equilíbrio entre receita e despesas, verificamos que as receitas cobradas foram insuficientes para cobrir as despesas do exercício, apresentando um saldo negativo em 2017 de 130 KC, menos 202 KC que no exercício anterior (72 KC), não obstante as receitas correntes excederam as despesas correntes em 644 KC.

O saldo da gerência acumulado ascende a cerca de 30 KC e os fundos disponíveis a 100 KC.

### 3.3.2 ESTRUTURA DA RECEITA

RECEITAS	Execução				Variação da execução	
	31.12.2017	Peso relativo	31.12.2016	Peso relativo	Absoluta	%
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>6 255 342</b>	<b>88,02%</b>	<b>6 081 284</b>	<b>82,15%</b>	<b>174 058</b>	<b>2,86%</b>
Impostos diretos	1 238 414	17,43%	1 095 167	14,79%	143 247	13,08%
IMI	651 556	9,17%	635 153	8,58%	16 403	2,58%
IUC	165 136	2,32%	163 026	2,20%	2 109	1,29%
IMT	296 160	4,17%	188 302	2,54%	107 859	57,28%
Derrama	123 562	1,77%	108 686	1,47%	16 876	15,53%
Impostos abolidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Impostos indiretos	5 137	0,07%	1 553	0,02%	3 584	230,77%
Taxas, multas e outras penalidades	134 925	1,90%	127 136	1,72%	7 789	6,13%
Rendimentos da propriedade	388 751	5,47%	383 319	5,18%	5 432	1,42%
Transferências correntes	3 817 193	53,71%	3 752 003	50,68%	65 189	1,74%
Venda de bens e serviços correntes	660 356	9,29%	709 429	9,58%	-49 073	-6,92%
Outras receitas correntes	10 567	0,15%	12 676	0,17%	-2 109	-16,64%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>691 212</b>	<b>9,73%</b>	<b>1 231 763</b>	<b>16,64%</b>	<b>-540 551</b>	<b>-43,88%</b>
Venda de bens de investimento	12 862	0,18%	562	0,01%	12 300	2188,56%
Transferências de capital	396 823	5,58%	781 201	10,55%	-384 378	-49,20%
Passivos financeiros	260 000	3,66%	450 000	6,08%	-190 000	-42,22%
Outros receitas de capital	21 527	0,30%	0	0,00%	21 527	0,00%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>725</b>	<b>0,01%</b>	<b>2 536</b>	<b>0,03%</b>	<b>-1 811</b>	<b>-71,41%</b>
Reposições não abitadas nos pagamentos	725	0,01%	2 536	0,03%	-1 811	-71,41%
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>159 644</b>	<b>2,25%</b>	<b>87 466</b>	<b>1,18%</b>	<b>72 178</b>	<b>82,52%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>7 106 923</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 403 050</b>	<b>100,00%</b>	<b>-296 126</b>	<b>-4,00%</b>

Em termos comparativos, importa referir o seguinte:

- o Receita Corrente – Apresenta valores superiores comparativamente com o período homologado anterior, no montante de 174 K€, com os (i) *Impostos Diretos* a apresentarem um crescimento na ordem dos 143 K€ (incremento das receitas no geral e em especial *IMT*, 108 K€, associado à recuperação do mercado imobiliário e aumento das transações); (ii) *Transferências correntes*, 65 K€ (aumento das transferências recebidas do fundo de equilíbrio financeiro, 150 K€ e redução da participação fixa de IRS, 74 K€, por via da devolução aos municípios de 2% das receitas provenientes do IRS); e (iii) diminuição das *Vendas de bens e serviços correntes*, 49 K€, por via das políticas adotadas em 2017 de redução do tarifário da água, em benefício dos consumidores.
- o Receitas de Capital – Redução de 540 K€, com destaque para a *Transferência de capital* da Administração Central que diminuiu 384 K€ e *Passivos financeiros*, 190 K€;

Dos testes executados às receitas, não resultaram exceções, para além da referida especialização do IMI.



### 3.3.3 ESTRUTURA DA DESPESA

DESPESA	Execução				Variação	
	31.12.2017	Peso relativo	31.12.2016	Peso relativo	Absoluta	%
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>5 611 597</b>	<b>79,29%</b>	<b>5 416 092</b>	<b>74,77%</b>	<b>195 505</b>	<b>3,61%</b>
Despesas com pessoal	2 426 208	34,28%	2 412 746	33,31%	13 462	0,56%
Aquisição de bens e serviços	2 434 895	34,41%	2 512 752	34,69%	-77 858	-3,10%
Juros e outros encargos	48 836	0,69%	58 907	0,81%	-10 071	-17,10%
Transferências correntes	407 138	5,75%	310 891	4,29%	96 247	30,96%
Outras despesas correntes	294 520	4,16%	120 796	1,67%	173 723	143,82%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>1 465 304</b>	<b>20,71%</b>	<b>1 827 313</b>	<b>25,23%</b>	<b>-362 009</b>	<b>-19,81%</b>
Aquisição de bens de capital	947 971	13,40%	1 230 615	16,99%	-282 644	-22,97%
Transferências de capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Activos financeiros	50 936	0,72%	50 936	0,70%	0	0,00%
Passivos financeiros	461 399	6,52%	545 763	7,53%	-84 364	-15,46%
Outras despesas de capital	4 998	0,07%	0	0,00%	4 998	0,00%
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>7 076 901</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 243 405</b>	<b>100,00%</b>	<b>-166 505</b>	<b>-2,30%</b>

Em termos comparativos, importa referir o seguinte:

- o Despesa Corrente – Regista um aumento de 196 k€, ao nível das *Transferências correntes*, 96 K€, e *Outras despesas correntes*, 174 K€, compensada pela redução das *Aquisições de bens e serviços*, 78 K€;
- o Despesas de Capital – Redução de 362 K€, com destaque para o as *Aquisições de bens de capital*, 282 K€ e *Passivos financeiros*, 84 K€.

Dos testes executados às despesas, não resultaram exceções a referir.

### 3.3.4. COMPROMISSOS EXERCÍCIOS FUTUROS

Os compromissos plurianuais e a sua evolução, para os anos 2016 e 2017, resume-se assim:

Ano	31.12.2017	31.12.2016
2016	-	556 979
2017	549 971	607 974
2018	566 588	416 299
2019	404 933	400 032
2020	373 667	-
Anos seguintes	1 778 678	2 005 372
Compromissos N transferidos para N+1	2 752 238	2 733 184
<b>TOTAL COMPROMISSOS</b>	<b>6 426 075</b>	<b>6 719 840</b>
<b>Variação</b>	<b>-4,4%</b>	

Constata-se em 2017 uma redução de 4,4% dos compromissos plurianuais futuros, quando comparado com a posição a 31 de dezembro de 2016.

### 3.3.5. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Funções (PAMR)	Montantes previsto			Montantes executado			Grau de execução	
	Ano	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano	Total	Anual	Total
Funções Gerais	45 582	30 698	76 280	30 698	37 679	68 378	82,66%	89,64%
Funções Sociais	849 788	670 628	1 520 416	670 628	625 804	1 296 432	73,64%	85,27%
Funções Económicas	21 115	7 360	28 475	7 360	13 878	21 239	65,73%	74,59%
Outras funções	13 311	8 864	22 175	8 864	10 301	19 165	77,39%	86,47%
<b>Total</b>	<b>929 796</b>	<b>717 551</b>	<b>1 647 347</b>	<b>717 551</b>	<b>687 663</b>	<b>1 405 214</b>	<b>73,96%</b>	<b>151,13%</b>

O Plano de Atividades Mais Relevantes (PAMR) apresenta um grau de execução anual de 73,96%, que compara com 78,75% em 2016, cujos graus de execução por função foram os seguintes: Funções gerais, 78,95%; Funções sociais, 78,8%; Funções económicas, 52,5%; Outras funções, 98,95%).

### 3.3.6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Funções (PPI)	Montante previsto			Montante executado			Grau de execução	
	Ano	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano	Total	Anual	Total
Funções Gerais	126 944	92 114	219 058	92 114	124 653	216 767	98,20%	98,95%
Funções Sociais	1 293 341	720 517	2 013 858	720 517	470 060	1 190 577	36,34%	59,12%
Funções Económicas	1 160 830	257 082	1 417 912	257 082	254 984	512 066	21,97%	36,11%
Outras funções	181 464	141 416	322 880	141 416	149 210	290 626	82,23%	90,01%
<b>Total</b>	<b>2 762 579</b>	<b>1 211 129</b>	<b>3 973 709</b>	<b>1 211 129</b>	<b>998 907</b>	<b>2 210 036</b>	<b>36,16%</b>	<b>80,00%</b>

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta um grau de execução anual de 36,16%, que compara com 78,47% em 2016, com as maiores reduções a verificarem-se ao nível das Funções Sociais e Económicas que em 2016 apresentaram níveis de execução anual de 80,19% e 66,28%, respetivamente.

## 3.4. ANÁLISE FINANCEIRA

O Balanço evidencia a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Município, sendo o *Ativo*, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e, por outro lado, o *Passivo* e os *Fundos Próprios* que representam a origem dos fundos.

### 3.4.1. INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO

Conforme definido no Art.º 52 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de

operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O limite de endividamento em 2017 foi de 9,7 M€ e a dívida total de 3,3 M€ (excluindo acréscimos e diferimentos), pelo que se verifica o cumprimento do limite de endividamento, com uma margem utilizável de 1,3 M€:

Receita Corrente Líquida				
2014	2015	2016	Total	Média
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
6 407 942	6 523 840	6 517 971	19 449 753	6 483 251
Limite da dívida total			(6)=(5)* 1,5	9 724 876
Dívida total				3 324 726
Dívida total sem FAM			(7)	3 120 984
Margem absoluta			(8)=(6)-(7)	6 603 892
Margem utilizável			(9)=(8)*20%	1 320 778

#### 3.4.2. INDICADOR DE SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade a 31 de dezembro de 2017 ascende a 357%, registando uma melhoria face ao período homólogo anterior (337%), reforçando os níveis de segurança.

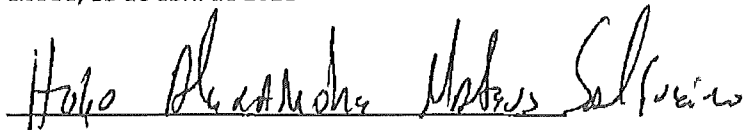
#### 3.4.3. AUTONOMIA FINANCEIRA

A autonomia financeira apresenta um rácio de 78% e 77% a 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente, representando capacidade para assegurar significativa parte das responsabilidades de longo prazo.

#### 4. AGRADECIMENTOS

Gratos pela boa colaboração recebida no decurso dos nossos trabalhos, permanecemos disponíveis para discutir com V. Exas. o conteúdo deste documento ou outras questões associadas.

Lisboa, 18 de abril de 2018



Salgueiro, Martins & Associado, SROC, Lda. (SROC nº 310),

Representada por Hugo Alexandre Mateus Salgueiro (ROC n.º 1 499)